



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

NOTA
ESTRATÉGICA

17

MAIO 2015

A reforma do Conselho de Segurança da ONU:

visão de mundo e narrativas do Brasil

Eduarda Passarelli Hamann



Sala do Conselho de Segurança logo depois do aumento de 11 para 15 membros (01/09/1966). Foto ONU/DN



Sumário

- 1** Apresentação
- 3** A grande estratégia: reforma da ordem global
- 6** Implementando a estratégia com altos e baixos
- 11** Credenciais: o paradoxo do poder brasileiro
- 23** Considerações finais
- 26** Referências
- 30** Outras Publicações do Igarapé

A reforma do Conselho de Segurança da ONU:

visão de mundo e narrativas do Brasil

Eduarda Passarelli Hamann¹

Apresentação

O ano de 2015 marca o 70º aniversário da Organização das Nações Unidas (ONU). Com isso, ganham força os já existentes debates sobre a adequação do Sistema ONU à realidade e às necessidades do século XXI, com destaque para a reforma do Conselho de Segurança (CSNU), o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacional. O efetivo avançar do tema, porém, tem sido debatido em reuniões fechadas e por um grupo restrito de profissionais, em geral representantes de governos e da ONU. Se por um lado o imperativo da transparência e a urgente necessidade de democratização começam a pressionar por maior abertura, por outro, é também fundamental que a sociedade civil volte as suas atenções ao debate, expanda e aprofunde o seu próprio conhecimento sobre o assunto e participe mais ativamente dessas relevantes discussões.

¹ Coordenadora do Programa de Consolidação da Paz do Instituto Igarapé. A autora agradece pelos valiosos comentários feitos por André Novaes, Gustavo Sénéchal, João Vargas e Renata Giannini, aos quais não se imputa nenhuma responsabilidade pelos argumentos desenvolvidos ao longo do texto.

Esta Nota Estratégica é, portanto, uma contribuição do Instituto Igarapé às reflexões sobre tal questão. A pesquisa realizada sobre a reforma do CSNU a partir de uma perspectiva brasileira demonstrou que:

1. É preciso fazer uma contextualização histórica e ampliada da demanda do Brasil pela reforma do sistema internacional contemporâneo a fim de entender o pleito pelo assento permanente no CSNU;
2. Na política externa brasileira, existe uma variação entre, de um lado, aceitar o desempenho de papéis na “periferia” e, do outro, promover o engajamento mais ativo do país e em questões cruciais à paz e à segurança internacional;
3. Verificou-se uma tendência geral, com altos e baixos, de defender a revisão da ordem mundial e de ali desempenhar um papel mais proeminente;
4. O Brasil tem frágeis credenciais de *hard power*, sobretudo se comparado a seus aliados na demanda pela reforma do CSNU (membros do “Grupo dos 4”) ou de outros arranjos, como o BRICS – e isso enfraquece a sua posição. Ao mesmo tempo, o país tem fortes credenciais de *soft power* e deveria explorá-la de maneira mais articulada na área da paz e segurança internacional;
5. É recomendável que o governo promova gestões efetivas junto a atores domésticos chave diante da histórica oportunidade para a reforma que se apresenta hoje no plano internacional, e que encontre um meio termo ou combinação entre seu robusto *soft power* e o suave *hard power* a fim de fazer ecoar seus interesses e preferências no atual processo de reforma.

Para compartilhar os resultados da pesquisa e bem desenvolver os argumentos, o texto está organizado em quatro partes. Na seção 1, contextualiza-se a estratégia brasileira pela reforma do CSNU como parte de uma nova visão de mundo, cunhada pelo Brasil, na qual estão presentes novas narrativas para a

reorganização - ou recriação - da ordem global. A seção 2 identifica alguns padrões na tentativa de promover a implementação desta visão; algo que, nos últimos 30 anos, pelo menos, tem sido caracterizado por “altos” e “baixos” e que depende em larga medida de um alinhamento específico de conjunturas

internacionais e domésticas, ou seja, não é algo regular. Na seção 3, serão discutidas algumas das credenciais do Brasil para justificar o argumento de que, na nova ordem mundial, o país deva assumir papéis mais centrais e relevantes, sobretudo na construção das macronarrativas sobre paz e segurança internacional. Por fim, a última seção elenca alguns dos desafios que requerem maior atenção do Estado brasileiro, no curto e médio prazos, a fim de fortalecer a proposta do Brasil de aperfeiçoar o sistema e de alcançar eventualmente mais espaço em um CSNU reformado.

O Brasil foi o único país da América Latina e Caribe a participar das duas Guerras Mundiais

1. A grande estratégia: reforma da ordem global

Não é recente o pleito do Brasil por um assento permanente no órgão responsável por assuntos de paz e segurança internacional, em uma organização de cunho universal. São cerca de 100 anos de uma espécie de “campanha permanente”².

O Brasil foi o único país da América Latina e Caribe a participar das duas Guerras Mundiais do século XX³. Embora os números não sejam impressionantes⁴, trata-se de um engajamento significativo, em uma época com cerca de 50 Estados constituídos e com grandes desafios relacionados ao desdobramento e à manutenção das tropas do outro lado do Atlântico.

² Vargas, 2011.

³ Stochero, 2014.

⁴ Para a Primeira Guerra (1914-1919), o Brasil enviou soldados, navios e médicos (Brasil 2014). Para a Segunda Guerra (1939-1945), o engajamento com tropas começou em julho de 1944 e alcançou o número de 25.445 soldados. Houve 443 baixas e cerca de 3 mil feridos (Portal FEB s/d).

Foi assim que, nos anos 1920, em virtude da participação na Primeira Guerra, e já no âmbito da Liga das Nações (1919-1946⁵), o país pleiteou um assento definitivo no Conselho Permanente desta organização. O sistema de votação daquele órgão conferia o poder de veto a **todos** os membros, permanentes ou não. E o Brasil recorreu a este poder, em 1926, para vetar a entrada da Alemanha como membro permanente – categoria à qual almejava. Como consequência, tornou-se alto demais o custo político de o Brasil permanecer na Liga, fazendo com que se optasse por seu desligamento⁶. Na época, houve um desentendimento entre o presidente da República, Arthur Bernardes, e o Representante Permanente do Brasil junto à Liga, Afrânio de Melo Franco, a respeito do comportamento que o Brasil deveria seguir⁷.

Em seguida, já na década de 1940 e após enviar tropas para a Segunda Guerra Mundial, o Brasil repetiu a sua demanda no âmbito das negociações que dariam origem, em 1945, à ONU. Há, por exemplo, registro de um telegrama de 1944, enviado por um encarregado de negócios americano, residente no Brasil, ao Secretário de Estado dos EUA. Ali constava a observação explícita de que o governo brasileiro esperava obter o assento permanente na nova organização mas, se isso não fosse possível, o país talvez se contentasse em receber os primeiros assentos não permanentes⁸.

5 Apesar de não funcionar mais e a despeito da criação da ONU, em 24 de outubro de 1945, a Liga das Nações só foi formalmente dissolvida em 18 de abril de 1946.

6 Garcia, 2000.

7 Para detalhes, ver Santos, 2003. O presidente Artur Bernardes assume em 1922 e, diante das pequenas chances de manter o Brasil naquele órgão em função de algumas normas da Liga, estabeleceu que um dos objetivos de sua política externa seria a obtenção de um assento permanente. Afrânio de Melo Franco é escolhido em 1923 pelo presidente para chefiar a delegação brasileira – em 1924 seu cargo é convertido em Embaixador do Brasil junto à Liga – e recebe instruções do governo para avançar com a demanda. Havia, porém, vários relatórios pessimistas quanto à possibilidade da renovação do assento, em função de desentendimentos com outros países latino-americanos. Assim, Mello Franco modifica as instruções recebidas e passa a defender o "distanciamento da Liga, caso a solução encontrada represente uma ofensa ao prestígio do Brasil". (Santos, 2003).

8 Vargas, 2011.



Brasil assina a Carta das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco (26/06/1945).
Foto ONU/McLain

Não houve campanha pela reforma do CSNU na República Liberal (1945-1964) nem no auge do período do regime militar (1964-1985)⁹. Somente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 é que ganha renovado ânimo o pleito pela reforma e pelo assento permanente. As raízes desta nova guinada encontram-se nos anos 1960, mais precisamente na formação de um grupo específico de diplomatas. Trata-se de uma configuração do pensamento diplomático brasileiro que encontra inspiração em João Augusto de Araújo Castro e Antonio Francisco Azeredo da Silveira, por exemplo, e que culminou com o exercício pelo Brasil de dois mandatos praticamente consecutivos no CSNU (1963-1964 e 1967-1968).

Tal entusiasmo reverbera até hoje nas visões de mundo de alguns diplomatas sêniores, como os Embaixadores Antônio Patriota e Celso Amorim. Embora não sejam da mesma geração, têm em comum, entre outros aspectos, a posição de

9 Em 1966, a eleição deu ao Brasil o mandato 1967-1968. Depois disso, porém, o Brasil não esteve no CSNU por 19 anos consecutivos (saída em dezembro de 1968 e novo ingresso só em janeiro de 1988). Foi o período mais longo de ausência desde a primeira reunião, em janeiro de 1946. Hoje, se as previsões pessimistas se concretizarem, o Brasil passará por outro período de duas décadas de ausência (saída em dezembro de 2011 e novo ingresso especulado para ocorrer somente em janeiro de 2030).

O Brasil tem condições de ser um *norm maker* e não apenas um *norm taker*

que a demanda pela cadeira permanente tem explicações mais profundas do que mera a busca por prestígio. Engloba também os anseios por uma participação proativa no sistema internacional e, mais do que isso, visa influenciar e/ou efetivamente *criar* as regras do jogo, que definam não só os atores (quem são e quantos são), como também os seus comportamentos¹⁰.

Em outras palavras, o Brasil também deve elaborar normas, e não simplesmente acatá-las. O país tem condições de ser um *norm maker* e não apenas um *norm taker*¹¹. Assim, é importante pressionar ou elaborar novas macronarrativas, no sentido de promover uma ordem mundial baseada em normas e princípios que: (1) não contrariem o interesse nacional; (2) sejam relevantes para a política externa brasileira; e (3) garantam o reconhecimento do Brasil como país que produz e distribui bens públicos globais (a exemplo da paz e segurança internacional).

2. Implementando a estratégia com altos e baixos

Para avançar a estratégia, o argumento brasileiro baseia-se em duas vertentes. No primeiro momento, defende-se que as atuais estruturas globais estão sedimentadas em uma ordem anacrônica, com baixa representação dos atuais atores relevantes e com instrumentos inadequados ao século XXI. Como consequência, as instituições existentes estão em grande medida desprovidas de eficácia, legitimidade e credibilidade. No segundo momento, o Brasil apresentar-se-ia como candidato detentor das adequadas credenciais

10 Vargas, 2011.

11 Stuenkel, 2013.

para o cumprimento de um papel mais ativo, com representatividade e legitimidade, na nova ordem mundial.

Nas últimas três décadas, pelo menos, a implementação desta visão de mundo passou por claros períodos de altos e baixos, que dependeram de uma confluência entre fatores internacionais (a evidente oportunidade para a reforma) e domésticos (o interesse político da capital, alinhado com a Delegação do Brasil junto à ONU). Mais especificamente, os períodos de “alta” ganharam força não só quando a oportunidade externa se fez presente, o que seria esperado, mas também quando houve um explícito interesse da capital em temas de paz e segurança internacional (Presidência da República e Ministro das Relações Exteriores).

Os anos 1990 são considerados um período de “baixa”. O presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e seu Ministro de Estado, Luiz Felipe Lampreia (1995-2001), não se entusiasmavam por temas de segurança. Em Nova Iorque, porém, o então Representante Permanente (RP), Embaixador Celso Amorim, defendia com firmeza posições por uma reforma estrutural do Sistema ONU¹². A distância entre capital e representação na ONU ficou mais evidente em 1997, quando Kofi Annan foi nomeado ao cargo de Secretário-Geral e trouxe consigo a bandeira da reforma. Isso levou a novas discussões sobre a revisão do Sistema mas, a despeito da enfática abordagem do RP, o Brasil não participou de forma mais ativa do processo devido à ausência de apoio político na capital. Isso não significa dizer que a Presidência e o Ministro eram contrários à reforma ou que o RP defendia em Nova Iorque uma posição diferente da posição do governo brasileiro.

12 O Embaixador Amorim chefiou a Missão Permanente do Brasil junto à ONU de 1995 a 1999, tendo exercido, inclusive, a presidência do Conselho de Segurança da ONU, durante o mandato de 1998-1999.

A época de maior engajamento com esses temas foram os anos 2000¹³. Durante o governo Lula (2003-2010), graças ao empenho político de Brasília, foi possível apoiar a revisão do arcabouço de paz e segurança internacional com influentes debates e novos arranjos que contaram com participação ativa do Brasil.

Durante o governo Lula, houve influentes debates e novos arranjos que contaram com a participação ativa do Brasil

Havia um espaço para reforma no plano internacional. Houve avanços no nível global, com a criação da Comissão de Consolidação da Paz (2005)¹⁴ e discussões concretas sobre a reforma do CSNU (2009), e também no nível regional, com a concepção da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL (2008). Na mesma década, outras organizações internacionais passaram por importantes processos de revisões e questionamentos, sendo relevante o exemplo das instituições de Bretton Woods. Entre os arranjos criados e integrados pelo Brasil, destacam-se dois: (1) o “Grupo dos 4” (G4), iniciado em 2004 e integrado por Alemanha, Brasil, Índia e Japão, unidos pelo interesse de reformar o CSNU; e (2) o “BRICS”, concebido em 2001, fundado em 2008 e hoje integrado por África do Sul, Brasil, China, Índia e Rússia, que estão unidos pelos altos índices de crescimento econômico do início dos anos 2000. Apesar das diferenças, compartilham, além de membros, o desejo de promover leituras alternativas da ordem global em determinados temas e sob circunstâncias de interesse mútuo.

13 No final do século XIX e início do século XX também houve um período no qual a política externa esteve ativa para questões tradicionais de paz e segurança. Mais especificamente, o Barão do Rio Branco, antes e durante seu mandato como chanceler, esteve envolvido em questões de mediação de disputas de fronteiras, a exemplo da controvérsia com a Argentina (1893-1895) e Guiana Francesa/França (1898), e com a própria demarcação das fronteiras brasileiras: Bolívia (1902), Equador (1904), Guiana holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru (1904 e 1909) e Argentina (1910).

14 A Comissão de Consolidação da Paz foi criada em 20 de dezembro de 2005. Ver Resolução AGNU 60/180 ([A/RES/60/180](#)) e Resolução CSNU 1645 ([S/RES/1645](#)).

Hoje, há novo espaço para reforma, com a chegada do 70º aniversário da ONU em outubro de 2015. Ainda assim, o governo brasileiro, na atual administração (2011-2014 e 2015-), não demonstrou até o momento qualquer interesse por questões de paz e segurança internacional, concentrando a sua energia e seus recursos em assuntos comerciais e financeiros¹⁵. O mandato de Dilma Rousseff foi recentemente renovado até 2018 e, como consequência, é possível ou até mesmo provável que a agenda não favorável a temas de segurança seja mantida. A dinâmica atual talvez seja alterada pelo trabalho do Ministro Mauro Vieira, nomeado em janeiro para a pasta das Relações Exteriores. De qualquer forma, há um alto grau de pessimismo no ar, no âmbito doméstico, quanto à possibilidade de se retomar os anseios de reforma, apesar da inescapável oportunidade internacional apresentada por 2015.

Soma-se a isso a um componente político-diplomático de âmbito regional. A lista do rodízio do *Latin American and Caribbean Group* (GRULAC) já está negociada e prevê os seguintes países para as próximas campanhas para membros não permanentes: Uruguai (2016-2017), Bolívia (2017-2018), Peru (2018-2019) e República Dominicana (2019-2020)¹⁶. Segundo esses cálculos, caso a situação atual se mantenha, e as chances são altas, o Brasil só teria chances de assumir, caso eleito, o mandato em 2020-2021. Entrevistas recentes, porém, sugerem um cenário pior, segundo o qual a nova campanha do Brasil para o CSNU só deverá ocorrer em 2030. Nesta situação, o Brasil ficaria ausente do Conselho por 19 anos consecutivos, algo só verificado durante o regime militar¹⁷.

O Ministro de Estado, por sua vez, assumiu a liderança no início de 2015 e está diante de enormes desafios orçamentários e institucionais. Além disso, sofre grande pressão (inclusive de seus próprios diplomatas) para retomar as rédeas das relações exteriores – não nos moldes da política “altiva e ativa” da era Lula, o que é impossível devido a limitações financeiras e restrições político-burocráticas, mas que pelo menos devolva ao Brasil parte do prestígio dilapidado nos últimos três anos.

15 Costa, 2014.

16 Spektor, 2013.

17 O Brasil saiu do Conselho em dezembro de 1968 e só retornou em janeiro de 1988.

Enquanto isso, o Embaixador Patriota continua a trabalhar pela reforma. Quando chefiou o Itamaraty (2011-2013), por exemplo, organizou um importante evento sobre a reforma do CSNU no Brasil (Praia do Forte, 2013), com ampla e inédita participação da sociedade civil. Em 2014, já como RP em Nova Iorque, integrou o seleto grupo de Embaixadores que assessorava o então Presidente da AGNU, Embaixador John Ash, durante a 68ª sessão, no processo pelo avanço da reforma¹⁸.

Ainda assim, a Presidência permanece alheia às pressões internas e internacionais e às evidentes oportunidades de influenciar a reforma da ONU – não só do CSNU, cujo avanço não é tão evidente, mas também de outros importantes processos e órgãos cuja revisão se faz em 2015, a exemplo das operações de paz e atividades de consolidação da paz. A análise das dinâmicas anteriores entre Brasília e Nova Iorque demonstra que, apesar dos esforços da última, sempre prevalece a primeira. Ou seja, a falta de interesse político da capital prevalece justamente porque ali se encontra o cérebro e o coração da política exterior.

Caberia, então, perguntar: em períodos de baixa, como o atual, poderia a macronarrativa caminhar apesar da falta de empenho político da Presidência, aproveitando-se do *momentum* internacional? As credenciais de que o Brasil dispõe contribuiriam para mantê-lo no radar das principais iniciativas de reformas e garantiriam, de alguma forma, que o país tenha acesso às mesas de negociação de paz e segurança?

A próxima seção analisará tais credenciais e salientará o grande paradoxo do poder brasileiro.

18 Sénéchal, 2014.

3. Credenciais: o paradoxo do poder brasileiro

O *hard power* é o atributo do poder que prevalece no sistema internacional atual, sobretudo em questões de paz e segurança. Influencia-se o comportamento por meio da coerção, cuja materialidade manifesta-se nas dimensões militar e econômica. O paradoxo do poder brasileiro consiste em manter e promover um suave *hard power* paralelo a um robusto *soft power*.

Suave *hard power*

No quesito *hard power* (poder militar e econômico), o Brasil não desfruta de boa posição em termos absolutos nem em termos relativos. Nem mesmo quando se considera apenas os seus aliados do G4 ou do BRICS.

Em termos militares, o país simplesmente não dispõe dos recursos tradicionais de poder. Pelo volume de suas forças armadas, o Brasil alcança a 28ª posição mundial: são cerca de 300 mil militares das três forças, para uma população de 200 milhões de pessoas. Seus investimentos na área equivalem a 1,5% do PIB,



Cerimônia promovida pela MINUSTAH celebra o Dia dos Peacekeepers (29/05/2013)
Foto ONU/Audrey Goillot

por ano – uma constante que se manteve nos últimos dez anos e que hoje deixa o país na 66ª posição¹⁹.

Atualmente, há cerca de 1.700 soldados brasileiros desdobrados em operações de paz da ONU²⁰, o que corresponde a 0,57% de todo o efetivo militar do país. Este contingente coloca o Brasil em 21º lugar no ranking da ONU, por contribuir com apenas 1,63% do total do pessoal uniformizado desdobrado²¹.

Em termos econômicos, o Brasil não apresenta crescimento econômico sustentável nem faz contribuição significativa para o arcabouço de paz e segurança internacional. Em janeiro de 2015, na cúpula de Davos, o Ministro da Fazenda admitiu que a economia está estagnada²².

A contribuição financeira para assuntos de paz e segurança do Sistema ONU ocorre em duas frentes, pelo menos: o aporte ao orçamento para missões de paz da ONU²³, que inclui tanto as contribuições obrigatórias como as voluntárias, e o valor investido no treinamento e no desdobramento de tropas em missões de paz, que não é totalmente reembolsado pela ONU.

Em 2012, o país contribuía com 0,3222% do orçamento das missões de paz da ONU. Tal cálculo é baseado em critérios objetivos definidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em grande medida relacionados ao desempenho econômico de cada Estado-membro nos anos anteriores, a exemplo de renda per capita, tamanho da dívida externa, entre outros²⁴. Não fica, portanto, à mercê da

19 SIPRI, 2014.

20 São 1.678 militares (em missão individual e coletiva) e 19 policiais militares (DPKO 2014).

21 ONU/DPKO 2014a.

22 Ver O Globo, "Levy foi realista em Davos", 22/01/2015.

23 A contribuição ao orçamento das operações de paz inclui: (1) a maioria dos postos no Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO) e no Departamento de Apoio ao Terreno (DFS); (2) um pequeno grupo de postos em outros setores do Secretariado, a exemplo do Departamento de Assuntos Políticos (DPA); e (3) as operações de paz em si. Agradeço a João Vargas pela atenção a este aspecto.

24 Em 2001, a Assembleia Geral (A/RES/55/235) normatizou os critérios que atualmente são considerados para constituir a escala de contribuições obrigatórias para as missões de paz. Ver também ONU/AGNU 2015.



Brasil apresenta sua posição no Conselho de Segurança, em debate sobre proteção de civis em conflitos armados (12/02/2013). Foto ONU/Rick Bajornas

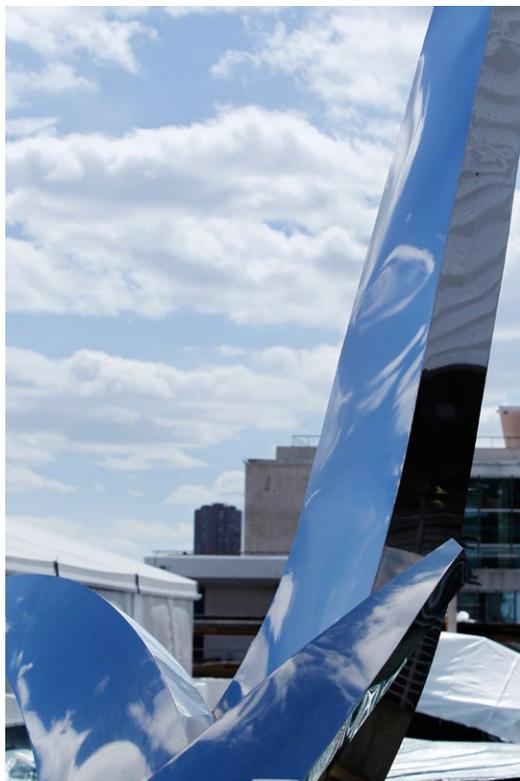
vontade política de cada Estado-membro. Assim, devido ao avanço do produto interno bruto do Brasil, o valor da contribuição brasileira aumentou para o biênio 2014/2015 em cerca de 80%, passando para 0,5868%. Com isso, o país saltou da 28^a para a 21^a posição. Porém, a despeito do avanço em termos de cálculos, desde 2012 o Brasil não remete boa parte de suas contribuições obrigatórias ao Sistema ONU. Hoje, a dívida alcança 87 milhões de dólares norte-americanos somente para o orçamento das missões de paz. Além disso, são 76,8 milhões de dólares de dívida em relação ao orçamento regular da ONU, que cobre também as missões políticas especiais²⁵. Tal situação, se persistir, poderá levar à suspensão do direito de voto do Brasil na AGNU, como dispõe o Artigo 19 da Carta²⁶.

25 Chade, 2015.

26 O Artigo 19 da Carta da ONU determina: “O Membro das Nações Unidas que estiver em atraso no pagamento de sua contribuição financeira à Organização não terá voto na Assembleia Geral, se o total de suas contribuições atrasadas igualar ou exceder a soma das contribuições correspondentes aos dois anos anteriores completos. A Assembleia Geral poderá entretanto, permitir que o referido Membro vote, se ficar provado que a falta de pagamento é devida a condições independentes de sua vontade”.

Também é importante incluir nesses cálculos os subsídios que o governo brasileiro concedeu ao preparo, desdobramento e desmobilização de seus militares em operações de paz da ONU. A missão no Haiti, que representa o maior engajamento da história do Brasil em termos de volume de tropas e tempo em missão, custou aos cofres públicos pouco mais de R\$ 2.1 bilhões, em 10 anos. Segundo o Ministério da Defesa, cerca de 35% desse valor teriam sido reembolsados pela ONU²⁷.

O *hard power* do Brasil parece ainda mais “suave” quando comparado com o de seus aliados na busca pela reforma do CSNU, os integrantes do G4. O mesmo argumento é válido para os parceiros do BRICS, à exceção da África do Sul.



Entre os presentes que o Brasil já deu para a ONU está a escultura “Raízes e Laços da Paz”, da artista brasileira Yolanda d’Augsburg Ulm.
Foto ONU/JC McIlwaine

27 Kawaguti, 2014.

Tabela 1: Países contribuintes de militares e policiais para as operações de paz da ONU (seleção: top10 e aliados do Brasil no G4 e no BRICS).

RANKING	ESTADO-MEMBRO	TOTAL	PORCENTAGEM DO TOTAL
1	Bangladesh	9.400	9,03
2	Índia	8.139	7,82
3	Paquistão	7.936	7,63
4	Etiópia	7.807	7,50
5	Ruanda	5.698	5,48
6	Nepal	5.089	4,89
7	Gana	2.987	2,87
8	Nigéria	2.930	2,82
9	Senegal	2.835	2,72
10	Egito	2.613	2,51
(...)			
13	China	2.181	2,10
14	África do Sul	2.179	2,09
(...)			
21	Brasil	1.697	1,63
(...)			
52	Japão	271	0,26
(...)			
59	Alemanha	179	0,17
(...)			
76	Rússia	75	0,07

Nota: Há, no total, 104.062 profissionais uniformizados em missões da ONU (31/12/2014). Fonte: ONU/DPKOa 2014.

Tabela 2: Financiadores do orçamento das operações de paz em 2014-2015 (seleção: top 10, mais aliados do Brasil nos arranjos do G4 e BRICS)

RANKING	ESTADO-MEMBRO	PORCENTAGEM DO TOTAL
1	Estados Unidos	28,3626
2	Japão	10,8330
3	França	7,2105
4	Alemanha	7,1410
5	Reino Unido	6,6768
6	China	6,6368
7	Itália	4,4480
8	Rússia	3,1431
9	Canadá	2,9840
10	Espanha	2,9730
(...)		
21	Brasil	0,5868
(...)		
36	Índia	0,1332
(...)		
44	África do Sul	0,0744

Nota: O orçamento das operações de paz para 2014-2015 é de aprox. 8 bilhões de dólares. Fontes: ONU/AGNU 2012 e ONU/DPKOb 2014.

As tabelas acima demonstram que tanto em termos militares como em termos econômicos, as contribuições do Brasil colocam o país na 21ª posição do ranking. Os demais parceiros variam de posição a depender de seus interesses e capacidades. A Índia fica atrás em termos de contribuições financeiras diretas (36º), mas não deixa a desejar em termos de contribuição

com tropas (2º). A relação é oposta para parceiros mais ricos como Alemanha e Japão, que estão no topo do ranking financeiro mas mal contribuem com tropas para as missões da ONU, até mesmo por limitações legais decorrentes da Segunda Guerra. O Brasil, porém, em ambos os rankings, mantém posições nada confortáveis para quem almeja mais voz e mais espaço no sistema internacional de paz e segurança.

De qualquer maneira, segundo o argumento brasileiro, o *hard power* representaria apenas uma parte daquilo que é relevante, inclusive para assuntos de paz e segurança. Maior atenção deve ser conferida ao *soft power*. Trata-se de um argumento bastante conveniente para um país que quer se manter relevante mas que apresenta, nas operações de paz, frágeis capacidades militar e econômica não só em termos absolutos, como também em termos relativos. Mas é um argumento que, na experiência recente, gerou frutos para o país, como se verá a seguir.

Robusto *soft power*

A limitada capacidade material – resultante de uma escolha política ou da falta de planejamento estratégico –, junto com o desejo de se manter relevante no plano internacional acabam por tonificar o argumento do Brasil de que o importante mesmo seria o aspecto brando do poder, ou o *soft power*. Entende-se por *soft power* a capacidade de fazer alguém querer o que se quer e de alcançar um resultado que se almeja sem recorrer a punições (*sticks*) e incentivos (*carrots*)²⁸. Em outras palavras, trata-se da persuasão, que se manifesta por meio de palavras ou atos simbólicos, para influenciar determinados resultados de modo que fiquem mais alinhados, ou pelo menos não sejam contrários, a certos interesses.

Apesar de relativamente abstrato e difícil de mensurar, há maneiras de identificar o exercício e o impacto do *soft power*, ainda que não haja necessária

28 Nye Jr, 2003.



Soldados brasileiros, sob a bandeira da ONU, participam de operação que pacificou Cité Soleil, na capital haitiana (09/02/2007). Foto ONU/Logan Abassi

relação de causalidade entre determinados atos e os efeitos verificados na prática. No campo da paz e segurança, destacam-se pelo menos dois aspectos que contribuem para a construção de uma imagem bastante positiva do país e, assim, reforçam a capacidade do Brasil de influenciar normas e comportamentos sem recorrer a punições ou incentivos. São eles: (1) a preocupação com a qualidade do serviço militar prestado durante o engajamento com missões de paz da ONU; e (2) a capacidade político-diplomática de manter, ao mesmo tempo, um diálogo aberto e construtivo com o Norte e de desempenhar papéis de liderança compartilhada no Sul Global. Tal situação, não necessariamente articulada pelas sucessivas administrações, acaba por levar ou reforçar uma série de resultados positivos ao país.

No que se refere ao primeiro aspecto, há evidente preocupação com a qualidade das ações militares quando em atuação em missões de paz. Os militares são selecionados a partir de um grupo de voluntários e passam por quatro meses de treinamentos específicos para missões de paz, ainda antes do desdobramento. Uma vez no terreno, a tropa se engaja com atividades militares tradicionais, a exemplo das patrulhas ou das operações com eventual uso da força letal, e também com ações de desenvolvimento, a exemplo de pintar paredes de escolas e hospitais, pavimentar ruas e jogar vôlei ou futebol com a população local. Essa dualidade contribui para a conquista de “corações e mentes” e, assim, facilita o planejamento e a própria execução das operações, a partir da confiança da população e da conseqüente inteligência que passa a ser obtida.

Desde 2004, foram instaurados apenas 44 inquéritos sobre a atuação dos cerca de 30 mil *peacekeepers* brasileiros que passaram pelo Haiti

No terreno, os militares brasileiros submetem-se a rigorosas regras de comportamento, mesmo durante o período de arejamento, a fim de evitar problemas que venham a comprometer o cumprimento do mandato ou a reputação do país e da ONU. Os números da Justiça Militar ajudam a entender o resultado da disciplina no terreno. Desde 2004, foram instaurados apenas 44 inquéritos sobre a atuação dos cerca de 30 mil *peacekeepers* brasileiros que já passaram pela missão no Haiti, em 10 anos. Destes, somente cinco efetivamente viraram processos, tendo havido apenas *uma* condenação: pela prática do crime de oposição à ordem do sentinela²⁹. Trata-se de crime militar de baixo teor ofensivo.

²⁹ Palma, 2015.

A preocupação com a qualidade e a disciplina levam a um resultado positivo que compensa de certa forma o suave *hard power*. A principal manifestação desta conquista é que, pela primeira vez, há cinco oficiais generais brasileiros em cargos relevantes à paz e segurança no Sistema ONU³⁰. O país nunca esteve tão bem representado, e em tão alto nível, em termos militares.

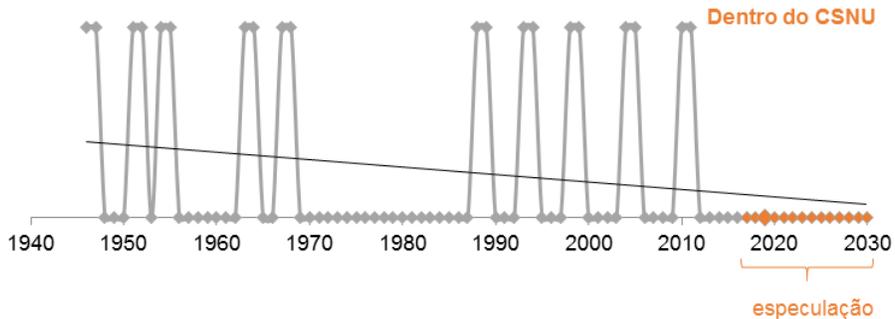
No que se refere ao diálogo com países tanto do Norte como do Sul, isso ocorre há pelo menos 100 anos, com a II Conferência de Haia, em 1907, e a Liga das Nações, criada em 1919. O país tem conseguido representar e liderar boa parte do Sul Global através da capacidade de produzir e/ou gerenciar bens públicos globais, como paz, segurança e desenvolvimento. Além do diálogo, outros fatores indiretos, associados ao *soft power* do Brasil, também contribuem para fazer avançar o seu interesse, a exemplo das principais manifestações culturais e artísticas do país, que incluem o futebol, música, dança, tolerância religiosa, novelas e filmes³¹.

O mais importante exemplo da importância do Brasil para o arcabouço de paz e segurança internacional é a recorrente eleição do país, pela AGNU, para assumir a vaga de membro não permanente do CSNU. O ingresso no órgão depende de vários fatores (domésticos e internacionais), inclusive da capacidade do país de contribuir para a manutenção da paz e segurança internacional. Exige também uma intensa articulação política, em diversos níveis, durante a campanha. Torna-se, portanto, bastante significativo que o Brasil seja percebido como ator relevante por seus pares e que tenha sido eleito 10 vezes para esta posição (ver Gráfico 1).

30 No terreno, há dois generais brasileiros atuando como Force Commanders (Haiti e República Democrática do Congo) e um almirante como comandante da Força-Tarefa Marítima (Líbano). No DPKO, o cargo de Diretor de Parcerias Estratégicas é desempenhado por um general brasileiro, o Gen. Paul Cruz (desde o fim de 2014). E, por fim, o Painel de Alto Nível sobre as Operações de Paz, criado pelo Secretário-Geral em outubro de 2014, tem entre seus poucos membros o Gen. Floriano Peixoto.

31 O Itamaraty tem um departamento responsável pela diplomacia cultural, organizado em seis unidades: (1) Divisão de Promoção da Língua Portuguesa; (2) Divisão de Operações de Difusão Cultural; (3) Divisão de Promoção do Audiovisual; (4) Coordenação de Divulgação; (5) Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais e (6) Divisão de Temas Educacionais.

Gráfico 1 – Participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU (1946-2015): membro “semipermanente”



Fonte: ONU/CSNUa (2015).

Apesar dos 10 mandatos, a linha de tendência está em declínio, sobretudo se as projeções atuais se confirmarem. O Brasil deverá ficar fora do principal órgão de paz e segurança internacional por quase duas décadas. Deverá, portanto, voltar a sua atenção para espaços onde tem acesso, a exemplo da AGNU e da Comissão de Consolidação da Paz ou de departamentos do Secretariado, como o DPKO, o Departamento de Assuntos Políticos (DPA) e o Departamento para Assuntos de Desarmamento (ODA). São setores que hoje têm menos prestígio para questões de paz e segurança, carecedores que são de reforma e de fortalecimento político e institucional.

De todo modo, passar 20 anos como membro não permanente no CSNU é relevante em termos relativos – é o maior número de mandatos já assumidos por um Estado-membro (ver Tabela 3). Tal feito só foi alcançado por Brasil e Japão, entre os 120 Estados-membros que alguma vez já assumiram assentos rotativos³². Isso representa a presença em 28% do tempo de existência do Conselho, de um total de 70 anos. Quando só o período pós-Guerra Fria é

32 Dos atuais 193 membros da ONU, cinco têm acesso permanente ao CSNU e 68 nunca foram eleitos (CSNU 2015b). Como consequência, 120 membros já passaram pelo menos um ano no órgão.

considerado, a presença aumenta para 34,78% do tempo. Tal situação cria a peculiar posição de membro “semipermanente”, garantindo o acesso em um a cada três anos, em média.

Tabela 3 – Estados-membros da ONU eleitos para cargos não permanentes no Conselho de Segurança – seleção das cinco primeiras

#	Membros	Anos no CSNU	Participação no CSNU em relação ao tempo de existência do órgão	Biênios
1	Brasil	20	28,57%	1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968, 1988-1989, 1993-1994, 1998-1999, 2004-2005, 2010-2011
	Japão			1958-1959, 1966-1967, 1971-1972, 1975-1976, 1981-1982, 1987-1988, 1992-1993, 1997-1998, 2005-2006, 2009-2010
2	Argentina	18	25,71%	1948-1949, 1959-1960, 1966-1967, 1971-1972, 1987-1988, 1994-1995, 1999-2000, 2005-2006, 2013-2014.
3	Colômbia	14	20%	1947-1948, 1953-1954, 1957-1958, 1969-1970, 1989-1990, 2001-2002, 2011-2012
	Índia			1950-1951, 1967-1968, 1972-1973, 1977-1978, 1984-1985, 1991-1992, 2011-2012
	Paquistão			1952-1953, 1968-1969, 1976-1977, 1983-1984, 1993-1994, 2003-2004, 2012-2013
4	Itália	12	17,14%	1959-1960, 1971-1972, 1975-1976, 1987-1988, 1995-1996, 2007-2008
5	Austrália	10	14,29%	1946-1947, 1956-1957, 1973-1974, 1985-1986, 2013-2014
	Bélgica			1947-1948, 1955-1956, 1971-1972, 1991-1992, 2007-2008
	Panamá			1958-1959, 1972-1973, 1976-1977, 1981-1982, 2007-2008
	Venezuela			1962-1963, 1977-1978, 1986-1987, 1992-1993, 2015-2016
	Nigéria			1966-1967, 1978-1979, 1994-1995, 2010-2011, 2014-2015
	Espanha			1969-1970, 1981-1982, 1993-1994, 2003-2004, 2015-2016
	Alemanha			1977-1978, 1987-1988, 1995-1996, 2003-2004, 2011-2012

posições (total: 14 Membros)

Nota: Elencados a partir da ordem cronológica estabelecida pelo primeiro ano do primeiro mandato. Fonte: ONU/CSNU (2015).

Além da recorrente eleição para o CSNU, há outros resultados relevantes também decorrentes do robusto *soft power* brasileiro. Embora não seja possível estabelecer um nexo de causalidade, há indícios de que a recente eleição de dois brasileiros para a chefia de importantes agências do sistema

multilateral só foi possível devido à política externa brasileira, e não somente pela capacidade técnica de cada um. Em 2011, Graziano da Silva foi eleito para o cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e, em 2013, Roberto Azevêdo assumiu a direção da Organização Mundial do Comércio (OMC). Não por acaso, ambas as instituições carregam temas estratégicos para a política externa brasileira.

Para o Brasil se manter relevante, um investimento pesado em comunicação estratégica no âmbito diplomático é fundamental

Assim, o **soft power** parece ter de fato contribuído para o alcance de alguns objetivos de política externa, inclusive na área de paz e segurança. Isso ocorre ainda que o discurso não esteja bem articulado e que haja uma espécie de “tabu” no governo quanto ao uso efetivo do **soft power** como instrumento de poder. Considerando que o **hard power** brasileiro não impressiona, se o país quiser manter as suas ambições globais, um investimento mais pesado em comunicação estratégica no âmbito diplomático torna-se fundamental para garantir acesso a discussões mais efetivas sobre a reforma da estrutura internacional de paz e segurança.

4. Considerações finais

Hoje existe um inequívoco espaço para novas macronarrativas no plano internacional. A ONU completa 70 anos em 2015 e é bastante alto o custo político da “não reforma” de diversos processos e órgãos. Isso pressiona não apenas o sistema como um todo, mas também os atores que se beneficiam da ordem atual. Mais especificamente, e devido à reestruturação do poder no nível global e à consolidação da multipolaridade, a falta de mudança efetiva



Assembleia Geral elege cinco membros não-permanentes para o Conselho de Segurança, inclusive o Brasil (15/10/2009). Foto ONU/Paulo Filgueiras

no CSNU (gradual ou radical) mina cada vez mais o próprio arcabouço de paz e segurança internacional.

Uma alternativa ao impasse é analisar a situação a partir de uma perspectiva mais ampla, como tem defendido o Brasil, segundo a qual o CSNU é parte de uma estrutura bem ampla no sistema internacional. Diante da impossibilidade de retornar ao CSNU no médio prazo, o país pode influenciar outras instituições onusianas que tenham responsabilidades com paz e segurança internacional, ainda que “menores”, a exemplo do valioso trabalho que o país já faz junto à Comissão de Consolidação da Paz. De qualquer maneira, mesmo para fazer frente a essas ambições “menores”, o governo precisa se empenhar para superar os desafios referentes à atual política externa.

Entre as várias restrições existentes, há pelo menos duas que merecem destaque pelo papel que exercem, porque dificultam ou mesmo impedem que o Brasil avance com a sua grande estratégia pela reforma do sistema³³.

33 Parte-se do pressuposto de que a grande estratégia está acima das políticas de um governo específico.

Primeiro, identifica-se a necessidade de alinhamento entre, de um lado, um espaço no plano internacional favorável à reforma (já existe) e, do outro, uma política na capital que seja favorável – ou, pelo menos, não negligente – à reforma. Hoje, a falta de engajamento da capital com esses temas apresenta-se como um dos principais entraves à agenda externa do Estado. Será, portanto, relevante que as prioridades de política externa da administração recém-inaugurada abarquem também assuntos de paz e segurança internacional.

É indispensável encontrar um meio termo ou combinação entre o suave *hard power* e o robusto *soft power*: uma espécie de *smart power*

O outro grande desafio diz respeito à ausência de uma macronarrativa nacional sobre como implementar a visão do Brasil de maneira mais regular. Falta também uma proposta sobre como será o comportamento do país após o eventual ingresso como membro permanente. De que maneira reagirá o Brasil diante de rupturas ou ameaças à paz e à segurança internacional? O papel será semelhante ao que desempenhou como membro não permanente? Em que medida se diferenciará de outros não permanentes, se assumir responsabilidades derivadas de uma presença menos temporária? Tal lacuna abre margem a discussões polêmicas sobre as responsabilidades de novos membros.

Assim, é recomendável que o Brasil promova gestões efetivas com os atores domésticos mais relevantes, uma vez que a janela de oportunidade – única – já se encontra presente no plano internacional. Também é indispensável que encontre um meio termo ou uma combinação entre o suave *hard power* e o robusto *soft power*. Uma espécie de *smart power* “à brasileira”. Caso contrário, a grande estratégia corre o sério risco de enfrentar, no momento

atual e no futuro próximo, um dos piores períodos de baixa da história da política externa brasileira, coincidindo com um *momentum* internacional que exigiria justamente o contrário.

Neste diapasão, a sociedade civil brasileira tem um importante papel a cumprir, com o intuito de, no mínimo, contribuir para que o tema seja mantido na agenda do governo e, quiçá, influenciar que o país efetivamente reassuma algum um papel não periférico e mais regular em questões de paz e segurança. Trata-se de uma oportunidade histórica. Ainda há tempo para outro período de alta no governo brasileiro.

Referências

BRASIL. Senado Federal. “País enviou navios, soldados e médicos para o conflito”. Arquivo S. Data: 01/09/2014. www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2014/09/01/pais-enviou-navios-soldados-e-medicos-para-o-conflito.

CHADE, Jamil. “Dívida derruba direito de voto do país na ONU”. Estado de S. Paulo, 27/01/2015. <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,divida-derruba-direito-de-voto-do-pais-na-onu,1625693>.

COSTA, Camilla. “Com Dilma, o Brasil perdeu força na política internacional?”. BBC Brasil, 12/02/2014. www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/02/140210_politica_externa_dilma_cc.shtml.

FELLET, João. “Trabalho da ONU para promover paz é ‘insatisfatório’, diz Patriota”. BBC Brasil, 11/02/2015. www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/02/150210_patriota_entrevista_jf_hb.shtml.

GARCIA, Eugênio Vargas. "O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926) : vencer ou não perder". Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

KAWAGUTI, Luís. "Operação militar no Haiti custa R\$ 1.3 bilhão em 10 anos". BBC Brasil, 01/06/2014. www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/06/140601_dez_anos_missao_brasil_haiti_lk_an.shtml.

NYE JR., Joseph. "The Paradox of American Power: why the world's only superpower can't go it alone". Oxford University Press, 2003.

ONU/AGNU. "Implementation of General Assembly resolutions 55/235 and 55/236 - Addendum" (A/67/224/Add.1). NY, 27/12/2012. www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/224/Add.1

ONU/AGNU. Administrative and Budgetary / Fifth Committee. "Background resources": www.un.org/en/ga/fifth/pkofinancing.shtml. Acesso em 23/02/2015.

ONU/CSNUa. "Countries Elected Members of the Security Council". www.un.org/en/sc/members/elected.asp. Acesso em 22/02/2015.

ONU/CSNUb. "Countries Never Elected Members of the Security Council". www.un.org/en/sc/members/notelected.asp. Acesso em 22/02/2015.

ONU/DPKOa. "Ranking of Military and Police Contributions to UN Operations" (31/12/2014). www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2014/dec14_2.pdf.

ONU/DPKOb. "Financing peacekeeping". www.un.org/en/peacekeeping/operations/financing.shtml. Acesso em 22/02/2015.

PALMA, Najla Nassif. “A Manutenção da Paz (no Haiti) e a Justiça (no Brasil): uma reflexão sobre o impacto da MINUSTAH no sistema jurídico militar brasileiro”. In: Eduarda Hamann, “Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016”. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 13, 12/01/2015. <http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-estrategico-13-Minustah-issn.pdf>

Portal FEB. “Breve balanço da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial”. <www.portalfeb.com.br/breve-balanco-da-participacao-brasileira-na-segunda-guerra-mundial/> (s/d).

SANTOS, Norma Breda dos. “Diplomacia e fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para uma nova interpretação”. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (1): 87-112 [2003]; pp. 87-112. <www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a04.pdf>.

SÉNÉCHAL, Gustavo. Entrevista à autora, concedida ao vivo (Brasília) e complementada por e-mail, ao longo de novembro de 2014.

SIPRI. “Military expenditure data by country”. Military Expenditure Database, <http://portal.sipri.org/publications/pages/expenditures/country-search>. Acesso em 05/02/2015.

SPEKTOR, Matias. “O que a gente quer”. Folha de S. Paulo, 16/10/2013. www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2013/10/1357200-o-que-a-gente-quer.shtml.

STOCHERO, Tahiane. “Único latino-americano a participar da 1ª Guerra, Brasil mostrou despreparo”. G1, 28/07/2014. <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/unico-latino-americano-participar-da-1-guerra-brasil-mostrou-despreparo.html>.

STUENKEL, Oliver. “O Brasil como articulador de normas: a responsabilidade ao proteger”. In: Eduarda Hamann e Robert Muggah (orgs.). *A Implementação da Responsabilidade de Proteger: novos rumos para a paz e a segurança internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2013. <http://igarape.org.br/implementing-the-responsibility-to-protect-new-directions-for-international-peace-and-security/>.

VARGAS, João Augusto Costa. “Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

Outras Publicações do Igarapé

NOTA ESTRATÉGICA 16 - **BREAK YOUR BONES: MORTALITY AND MORBIDITY ASSOCIATED WITH HAITI'S CHIKUNGUNYA EPIDEMIC**

ATHENA R. KOLBE, AUGUSTA HERMAN E ROBERT MUGGAH | JULHO 2014

NOTA ESTRATÉGICA 15 - **NEW TECHNOLOGIES FOR IMPROVING OLD PUBLIC SECURITY CHALLENGES IN NAIROBI**

MADS FRILANDER, JAMIE LUNDINE, DAVID KUTALEK E LUCHETU LIKAKA | JUNHO 2014

NOTA ESTRATÉGICA 14 - **O DESPERTAR DA AMÉRICA LATINA: UMA REVISÃO DO NOVO DEBATE SOBRE POLITICA DE DROGAS**

ILONA SZABÓ DE CARVALHO | FEVEREIRO 2014

NOTA ESTRATÉGICA 13 - **THE CHANGING FACE OF TECHNOLOGY USE IN PACIFIED COMMUNITIES**

GRAHAM DENYER WILLIS, ROBERT MUGGAH, JUSTIN KOSSYLN E FELIPE LEUSIN | FEVEREIRO 2014

NOTA ESTRATÉGICA 12 - **A INSERÇÃO DE CIVIS BRASILEIROS NO SISTEMA ONU: OPORTUNIDADES E DESAFIOS**

RENATA AVELAR GIANNINI | JANEIRO 2014

NOTA ESTRATÉGICA 11 - **A DIÁSPORA CRIMINAL: O ALASTRAMENTO TRANSNACIONAL DO CRIME ORGANIZADO E AS MEDIDAS PARA CONTER SUA EXPANSÃO**

JUAN CARLOS GARZÓN VERGARA | NOVEMBRO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 10 - **SMARTER POLICING: TRACKING THE INFLUENCE OF NEW INFORMATION TECHNOLOGY IN RIO DE JANEIRO**

GRAHAM DENYER WILLIS, ROBERT MUGGAH, JUSTIN KOSSLYN E FELIPE LEUSIN | NOVEMBRO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 9 - **IS TOURISM HAITI'S MAGIC BULLET? AN EMPIRICAL TREATMENT OF HAITI'S TOURISM POTENTIAL**

ATHENA R. KOLBE, KEELY BROOKES E ROBERT MUGGAH | JUNHO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 8 - **VIOLENCIA, DROGAS Y ARMAS ¿OTRO FUTURO POSIBLE?**

ILONA SZABÓ DE CARVALHO, JUAN CARLOS GARZÓN E ROBERT MUGGAH | JULHO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 7 - **A PROMOÇÃO DA PAZ NO CONTEXTO PÓS-2015: O PAPEL DAS POTÊNCIAS EMERGENTES**

ROBERT MUGGAH, IVAN CAMPBELL, EDUARDA HAMANN, GUSTAVO DINIZ E MARINA MOTTA | FEVEREIRO 2013

NOTA ESTRATÉGICA 6 - **AFTER THE STORM: HAITI'S COMING FOOD CRISIS**

ATHENA KOLBE, MARIE PUCCIO E ROBERT MUGGAH | DEZEMBRO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 5 - **BRAZIL'S EXPERIENCE IN UNSTABLE SETTINGS**

EDUARDA PASSARELLI HAMANN E IARA COSTA LEITE | NOVEMBRO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 4 - **COOPERAÇÃO TÉCNICA BRASILEIRA**

IARA COSTA LEITE E EDUARDA PASSARELLI HAMANN | SETEMBRO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 3 - **A EXPERIÊNCIA DO BRASIL EM CONTEXTOS INSTÁVEIS**

EDUARDA PASSARELLI HAMANN E IARA COSTA LEITE | AGOSTO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 2 - **THE ECONOMIC COSTS OF VIOLENT CRIME IN URBAN HAITI** (AGO 2011 - JUL 2012)

ATHENA R. KOLBE, ROBERT MUGGAH E MARIE N. PUCCIO | AGOSTO 2012

NOTA ESTRATÉGICA 1 - **HAITI'S URBAN CRIME WAVE? RESULTS FROM MONTHLY HOUSEHOLDS SURVEYS** (AGO 2011 - FEV 2012)

ATHENA R KOLBE E ROBERT MUGGAH | MARÇO 2012



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank dedicado à integração das agendas da segurança e do desenvolvimento com foco estratégico sobre o Sul Global. Seu objetivo é propor soluções alternativas a desafios sociais complexos, através de pesquisas, formulação de políticas públicas, tecnologia e articulação. O Instituto Igarapé trabalha com os seguintes temas: segurança cidadã, política de drogas, segurança cibernética, consolidação da paz, desenvolvimento sustentável e redes globais. Com sede no Rio de Janeiro, o Instituto também conta com representação em Brasília, Bogotá e México, e parcerias e projetos em mais de 20 países, incluindo Argentina, Bolívia, Canadá, Colômbia, Egito, El Salvador, Guatemala, Haiti, Índia, Quênia, México, Noruega, África do Sul, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos e Venezuela.

O Instituto é apoiado pelos governos do Canadá, Reino Unido, Noruega, pela Fundação Open Society, Fundação Bernard van Leer, International Development Research Centre (IDRC), Nações Unidas e doadores privados.

Esta Nota Estratégica foi preparada com o apoio do governo do Reino da Noruega.

Capa e diagramação:

Raphael Durão - Storm Design

ISSN 2359-0998



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Rua Conde de Irajá, 370
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

